

ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FA-
ZENDÁRIOS

ACÓRDÃOS

PRIMEIRA CÂMARA

ACÓRDÃO N. 6067 - 1ª CPJ. RECURSO N. 15769 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 372014510002247-1).
ACÓRDÃO N. 6066 - 1ª CPJ. RECURSO N. 15765 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 372014510002351-6).
ACÓRDÃO N. 6065 - 1ª CPJ. RECURSO N. 15763 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 372014510002311-7).
ACÓRDÃO N. 6064 - 1ª CPJ. RECURSO N. 15761 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 372015510000022-0).
ACÓRDÃO N. 6063 - 1ª CPJ. RECURSO N. 15753 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 372015510000008-4).
ACÓRDÃO N. 6062 - 1ª CPJ. RECURSO N. 15747 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 372015510000616-3).
ACÓRDÃO N. 6061 - 1ª CPJ. RECURSO N. 14751 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 372014510002249-8).
ACÓRDÃO N. 6060 - 1ª CPJ. RECURSO N. 14745 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 372015510000042-4).
ACÓRDÃO N. 6059 - 1ª CPJ. RECURSO N. 14743 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 372015510000033-5).
ACÓRDÃO N. 6058 - 1ª CPJ. RECURSO N. 14741 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 372015510000363-6).
ACÓRDÃO N. 6057 - 1ª CPJ. RECURSO N. 14731 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 372015510000029-7).
ACÓRDÃO N. 6056 - 1ª CPJ. RECURSO N. 14729 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 372015510000032-7).
ACÓRDÃO N. 6055 - 1ª CPJ. RECURSO N. 14727 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 372014510002350-8).
ACÓRDÃO N. 6054 - 1ª CPJ. RECURSO N. 14723 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 372015510000090-4).
ACÓRDÃO N. 6053 - 1ª CPJ. RECURSO N. 14713 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 372015510000097-1).
ACÓRDÃO N. 6052 - 1ª CPJ. RECURSO N. 14707 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 372014510002057-6).
ACÓRDÃO N. 6051 - 1ª CPJ. RECURSO N. 14705 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 372014510002022-3).
ACÓRDÃO N. 6050 - 1ª CPJ. RECURSO N. 14703 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 372014510002024-0).
ACÓRDÃO N. 6049 - 1ª CPJ. RECURSO N. 14701 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 372014510002004-5).
ACÓRDÃO N. 6048 - 1ª CPJ. RECURSO N. 14697 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 372014510002098-3).
ACÓRDÃO N. 6047 - 1ª CPJ. RECURSO N. 14695 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 372014510002294-3).
ACÓRDÃO N. 6046 - 1ª CPJ. RECURSO N. 14693 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 372014510002081-9).
ACÓRDÃO N. 6045 - 1ª CPJ. RECURSO N. 14691 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 372014510002003-7).
ACÓRDÃO N. 6044 - 1ª CPJ. RECURSO N. 14689 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 372014510002099-1).
ACÓRDÃO N. 6043 - 1ª CPJ. RECURSO N. 14687 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 372014510002086-0).
ACÓRDÃO N. 6042 - 1ª CPJ. RECURSO N. 14685 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 372014510002096-7).
ACÓRDÃO N. 6041 - 1ª CPJ. RECURSO N. 14677 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 372014510002025-8).

ACÓRDÃO N. 6040 - 1ª CPJ. RECURSO N. 14675 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 372014510001892-0).
ACÓRDÃO N. 6039 - 1ª CPJ. RECURSO N. 14673 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 372015510000027-0).
ACÓRDÃO N. 6038 - 1ª CPJ. RECURSO N. 14671 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 372015510000028-9).
CONSELHEIRO RE-
LATOR: HÉLDER BOTELHO FRANCÊS. EMENTA: ICMS – Auto de Infração. 1. A revisão de ofício proposta na forma do artigo 39-A do Decreto n. 3.578/1999 não tem efeito suspensivo e, não sen- do reclamação ou recurso, também não suspende a exigibilidade do crédito tributário, na forma do art. 151, III do CTN. 2. Deve ser mantida a inscrição em dívida ativa, bem como o registro da situação de ativo não regular, realizados de acordo com a legisla- ção do procedimento administrativo estadual. 3. Os prazos para recolhimento dos tributos são os definidos na legislação tributá- ria estadual. 4. Deixar de recolher ICMS relativo à operação com mercadoria oriunda de outra unidade da Federação, destinada ao uso/consumo ou à integração ao ativo permanente do esta- belecimento, na condição de ativo não regular, constitui infração e sujeita à penalidade legal. 5. Recurso conhecido e provido. DE- CISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 07/11/2018. DATA DO ACÓRDÃO: 07/11/2018.

Protocolo: 389434



ERRATA

CPL-ERRATA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2018

O BANPARÁ S/A comunica que na publicação feita em 03/12/2018 referente à publicação do Edital da licitação em epígrafe, deverá ser considerada a seguinte alteração:
Onde se lê: data de abertura: 26/12/2018 às 11h (horário de Brasília), leia-se: data de abertura: 26/12/2018 às 10h (horário de Brasília).
As demais disposições permanecem inalteradas.
Márcia Teixeira
Pregoeira

Protocolo: 389145

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nº DA INEXIGIBILIDADE: 033/2018

DATA: 29.11.2018
VALOR: R\$-25.000,00 (Vinte e cinco mil reais)
OBJETO: Prestação de serviços de treinamento “In company” denominado “Direito Digital e Contratações Eletrônicas”, visando a capacitação e atualização dos funcionários do Banpará, em es- pecial os integrantes de áreas envolvidas na análise de projetos referentes ao desenvolvimento e melhorias de produtos e servi- ços bancários.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 30 da Lei nº 13.303/2016
CONTRATADO: PECK SLEIMAN TREINAMENTOS, DESENVOLVI- MENTO E CONSULTORIA LTDA.

ENDEREÇO: Rua Alves Guimarães, nº 462 5º andar, Conjunto 52 – Bairro: Pinheiros
CEP: 05410-000 São Paulo/SP
TELEFONE: (11) 2678 0188
ORDENADOR RESPONSÁVEL: Augusto Sérgio Amorim Costa
Protocolo: 389529

Nº DA INEXIGIBILIDADE: 034/2018

DATA: 29.11.2018
VALOR: R\$-890.000,00 (Oitocentos e noventa mil reais) - anual
OBJETO: Prestação de serviços de publicação no Diário Oficia do Estado, de matérias de interesse do Banpará.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 30 Caput da lei 13.303
CONTRATADO: IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ
ENDEREÇO: Trav. do Chaco Nº 2271 – Bairro: Marco
CEP: 66093-542 Belém/PA
TELEFONE: (91) 4009 7866
ORDENADOR RESPONSÁVEL: Augusto Sérgio Amorim Costa
Protocolo: 389556



LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

PORTARIA Nº 521, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2018

A Diretora Administrativa e Financeira, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 0045/2015-GS de 28/01/2015, publicada no DOE nº. 32.820 de 02/02/2015 e, Considerando o que dispõe o art. 83 da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda o Laudo Médico nº 44007, de 29 de novembro de 2018;
RESOLVE:
FORMALIZAR 30 (trinta) dias de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor PEDRO JOSE DANTAS DE CARVALHO, matrí- cula nº 57176005/1, ocupante do cargo de Técnico em Gestão Pública, no período de 08/10/2018 a 06/11/2018.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Secretaria de Estado de Planejamento, 03 de dezembro de 2018.
FLÁVIA CHRISTIANE DE ALCÂNTARA FIGUEIRA SECCO
Diretora Administrativa e Financeira
Protocolo: 389338

TERMO ADITIVO A CONVÊNIO

Termo Aditivo: 8º
Convênio: 145/2014
Processo:128067/2014
Objeto: Prorrogar por solicitação o Prazo de Vigência
Data da Assinatura: 30/11/2018
Vigência: 01/12/2018 a 31/05/2019
Partes:
Beneficiário ente Público: Município de Muaná
Concedente: SEPLAN
Ordenadora: Maria Cristina Maués da Costa
Protocolo: 389138